



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

JOÃO PESSOA, 2012



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 117, de 19 de Outubro de 2011 e da Portaria TCU nº 123, de 12 de Maio de 2011.

Seção Administrativa e Financeira

JOÃO PESSOA, 2012

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
A – CONTEÚDO GERAL.....	8
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	8
1.1. Identificação da Delegacias Regionais e seus Postos de Comando e Controle.....	9
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade.....	10
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	10
2.1.1. Competência Institucional.....	10
2.1.2. Objetivos Estratégicos.....	10
2.2. Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	13
2.2.1. Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade está inserida.....	13
2.2.2. Análise do plano de ação referente ao exercício a que se refere o Relatório de Gestão.....	13
2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade.....	14
2.3.1. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais.....	14
2.3.1.1. Dados das ações nas quais a unidade executou recursos.....	15
2.3.2. Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	19
2.3.2.1. Dados da ação na qual a unidade executou recursos.....	19
2.3.3. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.....	20
2.3.3.1. Dados da ação na qual a unidade executou recursos.....	20
2.3.4. Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	21
2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	21
2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas.....	21
2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes.....	21
2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital.....	21
2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	21
2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	21
2.4.2. Execução Orçamentária das Despesas.....	22
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....	22
2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	22
2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	22
2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	23
2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	23
2.4.3. Indicadores Institucionais de Desempenho.....	24
2.4.3.1. Programa 0663.....	24
2.4.3.2. Programa 1386.....	24
2.4.3.3. Programa 0750.....	24
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	24
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	24
4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	24
4.2. Análise Crítica.....	25
5. Recursos Humanos da Unidade.....	25
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	25
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	27
5.3. Composição do Quadro de Estagiários.....	27

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	28
5.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	28
5.5.1. Informações sobre terceirização de cargos e atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	28
5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	28
5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	28
5.5.4. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	29
5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	30
6. Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.....	33
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.....	33
8. Cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	34
8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	34
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ.....	34
9.1. Estrutura de controles internos da UJ.....	34
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.....	36
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	36
11. Gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros.....	37
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	37
12. Gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	39
13. Utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.....	40
13.1. Despesas com cartão de crédito corporativo.....	40
13.1.1. Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício.....	40
13.1.2. Utilização dos cartões de crédito na unidade.....	40
14. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	40
15. Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a unidade jurisdicionada ou as justificativas para o seu não cumprimento.....	41
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.....	41
17 – Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	41
B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	42

1. Declaração do contador responsável.....42

LISTA DE TABELAS

Quadro I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	7
Quadro II – Dados Gerais do Programa 0663.....	14
Quadro III – Dados da Ação 2B11.....	14
Quadro IV – Dados da Ação 2524.....	15
Quadro V – Dados da Ação 2723.....	16
Quadro VI – Dados da Ação 2816.....	17
Quadro VII – Dados da Ação 4290.....	17
Quadro VIII – Dados da Ação 86A1.....	17
Quadro IX – Dados da Ação 8692.....	18
Quadro X – Dados Gerais do Programa 0750.....	18
Quadro XI – Dados da Ação 2000.....	18
Quadro XII – Dados gerais do programa 1386.....	19
Quadro XIII – Dados da Ação 8698.....	19
Quadro XIV – Identificação da Unidade Orçamentária.....	21
Quadro XV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	21
Quadro XVI – Despesas por Modalidade de Contratação.....	21
Quadro XVII – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	22
Quadro XVIII – Evolução de Gastos Gerais.....	23
Quadro XIX – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	23
Quadro XX – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	24
Quadro XXI – Força de Trabalho da UJ.....	25
Quadro XXII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	25
Quadro XXIII – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	26
Quadro XXIV – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária.....	26
Quadro XXV – Composição do Quadro de Recursos Humanos por escolaridade.....	26
Quadro XXVI – Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	27
Quadro XXVII – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.....	27
Quadro XXVIII – Composição do Quadro de Estagiários.....	27
Quadro XXIX – Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	28
Quadro XXX – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	29
Quadro XXXI – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	29
Quadro XXXII – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	30
Quadro XXXIII – Absenteísmo.....	29
Quadro XXXIV – Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.....	29
Quadro XXXV – Rotatividade (<i>turnover</i>).....	29
Quadro XXXVI – Disciplina.....	30
Quadro XXXVII – Desempenho funcional.....	30
Quadro XXXVIII – Cargo Policial Rodoviário Federal – Nível Intermediário.....	30
Quadro XXXIX – Cargos Nível Superior.....	31
Quadro XL – Cargos Nível Intermediário.....	32
Quadro XLI – Cargos Nível Auxiliar.....	32
Quadro XLII – Demandas trabalhistas.....	32
Quadro XLIII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	35
Quadro XLIV – Estrutura de controles internos da UJ.....	36
Quadro XLV – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	34

Quadro XLVI – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	36
Quadro XLVII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros. .36	
Quadro XLVIII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	37
Quadro XLIX – Gestão de TI da UJ.....	37
Quadro L – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador.....	41
Quadro LI – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica).....	41

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e Portaria TCU nº 123/2011, relativamente ao exercício de 2011.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2011. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário, financeiro e da avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exhibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2011 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração, foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2011 e os relatórios de atividade das diversas áreas desta Superintendências. A perspectiva macro e acompanhamento setorializado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, como também, pelos diversos Núcleos e Seções desta Regional, o que permite uma maior ênfase no desempenho monitorado.

Com o presente documento, a 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

LUCIANA DA SILVA DUARTE
Superintendente Regional

A – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			Código SIORG: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: Polícia Rodoviária Federal			
Código SIORG: 02819	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 30802
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA			Código CNAE: 8424-8
Telefones/Fax de contato:	(083) 3533-4700	(083) 3533-4740	(083) 3533-4740
Endereço eletrônico: sup.pb@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: BR 230, KM 23, Prédio 2257, Bairro do Cristo Redentor – João Pessoa – Paraíba. CEP. 58.053-002			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal e Lei nº 8.028 de 12/04/1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, publicado no DOU em 13/04/1990			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno definido pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2008, publicada no DOU em 06 de agosto de 2008, do senhor ministro de Estado da Justiça			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200122	14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200122		00001	

Fonte: SIORG, SIAFI, IBGE

1.1. Identificação da Delegacias Regionais e seus Postos de Comando e Controle

A 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal tem, no âmbito do estado da Paraíba, uma estrutura composta por três Delegacias e onze Postos de Controle e Comando. A primeira Delegacia está sediada no Km 32,2 da BR 230, na cidade de Bayeux. Tem sob sua circunscrição quatro postos, quais sejam, Bayeux, situado no mesmo endereço, Café do Vento, no Km 70 da BR 230, município de Sobrado/PB, Mata Redonda, no Km 107 da BR 101 Sul, município de Alhandra/PB e Mamanguape, no Km 38 da BR 101 Norte, na cidade de mesmo nome.

A segunda Delegacia está sediada na Avenida Severino Bezerra Cabral, S/N, José Pinheiro, em Campina Grande e também tem quatro postos sob sua circunscrição. São Santa Terezinha, no Km 144 da BR 230, Farinha, no Km 183 da mesma rodovia, ambos em Campina Grande, Queimadas, no Km 142 da BR 104 Sul, município de mesmo nome, e São Miguel, no Km 93 da BR 104 Norte, município de Remígio/PB.

Finalmente, tem-se a terceira Delegacia, que localiza-se à rua Horácio Nóbrega, S/N, Bairro Belo Horizonte, Patos, com três postos: São Mamede, no Km 310, Pombal, no Km 407 e Cajazeiras, no Km 512, todos da BR 230 e nos municípios de mesmo nome.

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.1.1. Competência Institucional

A Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2008, publicada no DOU em 06 de agosto de 2008, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- ✓ realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e do de terceiros;
- ✓ exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- ✓ aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- ✓ realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- ✓ credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- ✓ assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa de governo, pois são o elo de integração nacional. A Polícia Rodoviária Federal, pela sua capilaridade (presente em todo o país) é um contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à sociedade brasileira, pois suas consequências desfavoráveis interferem na saúde pública, pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, na economia, pelos prejuízos decorrentes de cargas e veículos sinistrados, e na sociedade, de um modo geral, pois os danos, às vezes irreparáveis, causados às vítimas, estendem-se às suas famílias e contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais.

Com uma ação mais efetiva para a redução do número de vítimas de acidentes, é possível reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas nos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, visto que, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a atual situação caótica em que este se encontra somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verifica-se que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento do volume de mercadorias em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade.

Atualmente verifica-se a situação da violência e da criminalidade urbana e rural envolvendo também as "artérias" do nosso país assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também acontece na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de um local para outro, dentro e fora do país.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transita, de uma forma ou de outra, pelas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio da sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois combate-se a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores. Ademais, o crime já está interferindo na vida cotidiana da sociedade por conta do permanente combate entre polícia e criminosos. À medida que a polícia se reforça para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Neste sentido, as ações de combate à criminalidade focadas nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida em que o crime é combatido em determinada localidade, suas ações apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto, é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado existem programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento pelas vias nacionais, pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o seu combate devido à facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando a população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator constitui-se na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos da execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito propriamente ditos, todo aquele configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando e o transporte irregular de passageiros, dentre muitos outros.

Vários tipos de crimes podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete, dos seguros, escoltas e proteções adicionais que elevam os custos e são repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificadores da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população. Existe, também, a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais devem ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, visto que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros da situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 (quinhentas) unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3.500 (três mil e quinhentos) municípios em todo o Brasil, além de possuir serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autossustentabilidade de suas despesas correntes garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Junto com os demais órgãos da área de Segurança Pública, a Polícia Rodoviária Federal intensificou sua presença no trabalho de prevenção e repressão ao crime organizado, especialmente no combate ao roubo e furto de veículos e cargas, bem como aos crimes como o narcotráfico, o contrabando e o descaminho, a sonegação fiscal e o tráfico de crianças e adolescentes, além de servir como base de apoio para operações especiais de órgãos como o Ministério Público, as polícias Federal, Civil e Militar, a Receita Federal, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) e o Departamento de Transporte Rodoviário, bem como as Secretarias Estaduais de Fazenda.

Anualmente, a Polícia Rodoviária Federal cumpre um calendário extenso de operações, especialmente em feriados e fins de semanas prolongados. Independentemente disso, ela desenvolve comandos voltados à educação de trânsito e à fiscalização do transporte de produtos perigosos, como substâncias tóxicas, corrosivas, radioativas, materiais explosivos e inflamáveis, fazendo inclusive serviços de batedor para o transporte de cargas de dimensões excepcionais e de urânio.

Na área da Segurança Pública, a Polícia Rodoviária Federal integra, juntamente com as polícias Federal, Civil e Militar, os Conselhos Regionais de Segurança Pública. Atualmente, ela faz parte dos seguintes conselhos: Conselho de Segurança Pública do Sudeste, Conselho de Segurança Pública do Sul, Conselho de Segurança Pública do Entorno do Distrito Federal, Conselho de Segurança Pública do Nordeste, Conselho de Segurança Pública do Meio-Norte e Conselho de Segurança Pública do Norte. Não obstante, a Polícia Rodoviária Federal promove, ainda, cursos e seminários sobre educação de trânsito em escolas, empresas e órgãos públicos.

Ultimamente, em função do aumento de ocupações, manifestações e conflitos envolvendo trabalhadores sem-terra às margens das rodovias federais, a Polícia Rodoviária Federal tem participado, como mediadora, das negociações com os líderes desses movimentos, objetivando sempre a manutenção da ordem nas rodovias.

A 14ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais que, em grande número, requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da instituição Polícia Rodoviária Federal.

Através destas ações, a Polícia Rodoviária Federal pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

2.2. Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

2.2.1. Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade está inserida

Os principais objetivos definidos para 2011 foram a diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias, o reforço nas ações de combate à criminalidade e a modernização da infraestrutura das unidades e viaturas, aliado à capacitação dos agentes responsáveis pela sua execução na área finalística.

Ressalte-se que a atividade da Polícia Rodoviária Federal não se restringe ao controle de trânsito. Também tem realizado um duro combate aos crimes nele cometidos, como por exemplo direção sob efeito de substância alcoólica/entorpecente, o tráfico de drogas, contrabando/descaminho, os crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e os crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos), entre outros.

2.2.2. Análise do plano de ação referente ao exercício a que se refere o Relatório de Gestão

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais nas rodovias, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos.

Para tanto, utilizou-se do expediente do *CARTÃO PROGRAMA*, que é um itinerário das tarefas que o policial realizará no decorrer do seu plantão. Neste, constam os pontos nos quais a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos.

O planejamento do cartão programa é feito pelo Chefe de Delegacia que, através do banco de dados da Polícia Rodoviária Federal, o BR-BRASIL, verifica os setores com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer da semana.

Entretanto, as limitações de efetivo, o grande número de acidentes e mortes em áreas urbanas, bem como a pequena quantidade de equipamentos de controle de velocidade instalados pelo DNIT, impactam negativamente na obtenção de melhores resultados.

De outro turno, a utilização de radares fotográficos portáteis tem sido uma solução eficaz para inibição ao cometimento de infrações de trânsito em trechos críticos, onde existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, aumento dos índices de acidentes do tipo saída de pista, perda de controle do veículo e consequente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2011, houve incremento na efetiva utilização desses equipamentos.

No que tange às ações de combate a criminalidade, um dos fatores motivadores é a capacitação do policial, dando-lhe segurança para atuar com mais habilidade e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de melhor detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2011, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o Programa de Atualização Policial, que contemplou Cursos de Atualização Policial Módulo I – Abordagem e Defesa Policial, Módulo II – Uso Legal e Progressivo da Força/Armamento e Tiro, Módulo III – Policiamento e Fiscalização, além do Módulo IV – Levantamento de Local de Acidentes.

Na mesma linha, é sabido que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal. Devido ao seu intenso uso faz-se necessária a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco as vidas dos policiais, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional do Órgão. Em média, existem 2.000 (duas mil) viaturas em funcionamento em todoo Brasil, onde o ideal seria a substituição de pelo menos 500 veículos por ano.

Finalmente, a melhoria dos sistemas corporativos mostra-se estratégica e eficaz, uma vez que aumenta o potencial de fiscalização da Instituição, de tal sorte que impões a necessidade de investimentos contínuos em equipamentos tais como radares fotográficos portáteis e toda a tecnologia empregada no processamento das imagens captadas, e computadores de mão utilizados nas autuações por cometimento de infrações de trânsito.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

Quadro II – Dados Gerais do Programa 0663

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito

Objetivos específicos	Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais
Gerente executivo	Giovanni di Mambro Bosco
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (unidade)
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (unidade)
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais (%)
Público-alvo (beneficiários)	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

Fonte: Nupla/CGPLAM

2.3.1.1. Dados das ações nas quais a unidade executou recursos

Quadro III – Dados da Ação 2B11

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação.
Principais atividades realizadas	- Levantamento estatístico de pontos críticos à ocorrência de acidentes; - Planejamento e cumprimento do cartão programa; - Utilização do radar fotográfico - Notificações extraídas (radar) - 20.445
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seção de Policiamento e Fiscalização

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização

Quadro IV – Dados da Ação 2524

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a

	massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.
Principais atividades realizadas	<p>Durante o ano de 2011 foram realizadas 14 ações de capacitação, as quais demandaram recursos financeiros para que fossem executadas, a saber:</p> <p>1. Curso de Atualização Policial – Módulo I – Abordagem e Defesa Policial, com duração de 16 horas/aula, ministrado ao efetivo de 86 Policiais Rodoviários Federais, lotados nesta 14ª SRPRF/PB, tanto na sede quanto nas suas Delegacias;</p> <p>2. Curso de Atualização Policial – Módulo II – Uso Legal e Progressão da Força/Armamento e Tiro, com duração de 16 horas/aula, ministrado ao efetivo de 77 Policiais Rodoviários Federais, lotados nesta 14ª SRPRF/PB, tanto na sede quanto nas suas Delegacias;</p> <p>3. Curso de Atualização Policial – Módulo III – Policiamento e Fiscalização, com duração de 16 horas/aula, ministrado ao efetivo de 62 Policiais Rodoviários Federais, lotados nesta 14ª SRPRF/PB, tanto na sede quanto nas suas Delegacias;</p> <p>4. Curso de Atualização Policial – Módulo IV – Levantamento de Local de Acidentes, com duração de 16 horas/aula, ministrado ao efetivo de 84 Policiais Rodoviários Federais, lotados nesta 14ª SRPRF/PB, tanto na sede quanto nas suas Delegacias;</p> <p>5. Curso de Uso de Tecnologias de Menor Potencial Ofensivo – Taser e Espargidor de Pimenta, com duração de 10 horas/aula, ministrado ao efetivo de 186 Policiais Rodoviários Federais, lotados na 14ª SRPRF/PB, tanto na sede quanto nas suas Delegacias, além de mais 16 integrantes de outras forças policiais;</p> <p>6. Curso de Orientação de Campanha, com duração de 16 horas/aula, ministrado ao efetivo de 9 Policiais Rodoviários Federais, lotados na Sede da 14ª SRPRF/PB;</p> <p>7. Curso de Motopilotagem e Direção Defensiva, Curso ofertado pelo Departamento de Trânsito da Paraíba – DETRAN/PB e pela YAMAHA, com duração de 8 horas/aula, para 02 Policiais Rodoviários Federais lotados na Sede da 14ª SRPRF-PB;</p> <p>8. Fórum Paraíba Unida pela Paz, capacitação ofertada pela Secretaria do Estado e Defesa Social do Estado da Paraíba, com duração de 16 horas/aula, tendo a participação efetiva de 06 Policiais Rodoviários Federais lotados na Sede da 14ª SRPRF/PB;</p> <p>9. Seminário Brasileiro de Obras Públicas, capacitação ofertada pela Regional da Controladoria Geral da União no Estado da Paraíba, com duração de 16 horas/aula, este com a efetiva participação de 1 servidor lotado na Sede da 14ª SRPRF-PB;</p> <p>10. Oficina sobre Ética na Administração Pública, capacitação ofertada pela Regional da Controladoria Geral da União no Estado da Paraíba, com duração de 16 horas/aula, este com a efetiva participação de 5 Policiais Rodoviários Federais lotados na Sede da 14ª SRPRF-PB;</p> <p>11. Curso de Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS, com duração de 40 horas/aula, ministrado ao efetivo de 15 servidores, sendo 4 Policiais Rodoviários Federais, 6 servidores administrativos e 4 servidores de outras forças policiais;</p> <p>12. Curso sobre Licenciamento Ambiental de Obras Públicas, capacitação ofertada pela Regional da Controladoria Geral da União no Estado da Paraíba, com duração de 10 horas/aula, este com a efetiva participação de 7 Policiais Rodoviários Federais lotados na Sede da 14ª SRPRF-PB.</p>
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Capacitação e Legislação de Pessoal

Fonte: Núcleo de Capacitação e Legislação de Pessoal

Quadro V – Dados da Ação 2723

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.

Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Principais atividades realizadas	- 20 Operações com o objetivo de intensificar a fiscalização e combater a criminalidade. - Realização de 03 (três) comandos de saúde as margens das rodovias, tendo sido executados 488 atendimentos. - Policiamento ostensivo nas rodovias federais. - Comandos educativos - Auxílio a usuários – 1.864 - Escolta /batedor - 99 - Veíc. Fiscalizados – 82.944 - Total de Autuações - 50.941
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seção de Policiamento e Fiscalização

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização

Quadro VI – Dados da Ação 2816

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.
Principais atividades realizadas	- 24 operações de inteligência
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Inteligência

Fonte: Núcleo de Inteligência

Quadro VII – Dados da Ação 4290

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de viaturas resgate suporte básico e avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte interhospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.
Principais atividades realizadas	- 1.103 (um mil, cento e três) atendimentos realizados a vítimas de acidentes, 488 (quatrocentos e oitenta e oito) atendimentos realizados em três comandos e 232 (duzentos e trinta e dois) atendimentos realizados durante o PROSSERV totalizando 1.823 (um mil, oitocentos e vinte e três) atendimentos.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

Quadro VIII – Dados da Ação 86A1

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANS. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Principais atividades realizadas	- Veículos Notificados:50.941
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Multas e Penalidades

Fonte: Núcleo de Multas e Penalidades

Quadro IX – Dados da Ação 8692

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Principais atividades realizadas	3.645 pessoas beneficiadas com ações de educação de trânsito.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Capacitação e Legislação de Pessoal

Fonte: Comissão de Educação no Trânsito

2.3.2. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Quadro X – Dados Gerais do Programa 0750

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos específicos	Ação 2000 – Administração da Unidade Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
Gerente do programa	Não Existe
Gerente executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Fonte: PLOA 2008/2011

2.3.2.1. Dados da ação na qual a unidade executou recursos

Quadro XI – Dados da Ação 2000

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Principais atividades realizadas	– Administração da Unidade; – Gestão de 30 contratos administrativos; – Realização de 08 licitações na modalidade Pregão Eletrônico; – Gestão de aquisições de passagens aéreas e pagamento de diárias.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seção Administrativa e Financeira

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

2.3.3. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Quadro XII – Dados gerais do programa 1386

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Objetivos específicos	1D49 - Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
Gerente executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Unidades Operacionais (%)
Público-alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Fonte: Nupla/CGPLAM

2.3.3.1. Dados da ação na qual a unidade executou recursos

Quadro XIII – Dados da Ação 8698

Tipo	Atividade
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Principais atividades realizadas	<ul style="list-style-type: none"> – Contratação de Prestadora para serviços de Telefonia de Longa Distância (Fixa e Móvel); – Prorrogação de Contrato de Prestadora de Telefonia Fixa Local (Tronco E1 da SEDE); – Contratação de Prestadora de serviço de Conectividade de dados para minimodens e dados e voz para EDAs ; – Contratação de Prestadora de serviço de conectividade de dados para Postos e Delegacias (MPLS); – Contratação de Prestadora de serviço de conectividade de dados multimídia para Postos e Delegacias; – Contratação de Prestadora de serviço de mão de obra para Operação e Monitoração de Computadores;

	<ul style="list-style-type: none"> – Prorrogação de Contrato para prestação de serviços de Telefonia Móvel para chefes das unidades administrativas; – Aquisição de Estações de trabalho para unidades administrativas e operacionais; – Aquisição de monitores; – Aquisição de equipamentos para adequação de serviço de telefonia VoIP (Telefones VoIP); – Aquisição de switchs e rack para adequação da estrutura de rede de dados da Regional; – Aquisição de torres de radiocomunicação para as Delegacias de Campina Grande e Patos e para o Posto de Fiscalização de São Mamede; – Aquisição de enlaces de dados para prover conectividade de dados para os Postos de Bayeux, Santa Terezinha e São Mamede.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Telemática

Fonte: Núcleo de Telemática

2.3.4. Execução Física das ações realizadas pela UJ

As metas físicas previstas e realizadas no exercício 2011, bem como aquelas a serem realizadas em 2012, são definidas e calculadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à unidade.

2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à unidade.

2.4.1.3.– Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não aplicável à unidade.

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro XIV – Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF	30107	200109

Fonte: SIAFI

Quadro XV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos				
	Recebidos	200109			
			2B11		1.440,00
			0181	42.176,56	
			2000		2.275.804,78
			2346		98.040,69
			2524		187.340,41
		2723		1.786.359,92	
		2816		22.165,88	

			4017			1.267,87
			4290			7.171,32
			8623			72.842,23
			8692			1.916,00
			8698			977.427,49
			8761			225.000,00
			8787			10.458,96
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200109	120M	12.831,00		
			2000	227.494,35		
			2723	87.580,95		
			4290	44.566,00		
			8698	245.313,50		
2816	0,00					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

2.4.2. Execução Orçamentária das Despesas

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Não aplicável à unidade.

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XVI – Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2010	2011	2010	2011
Licitação	2.368.175,19	4.331.512,41	2.021.981,35	2.813.170,36
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	2.368.175,19	4.331.512,41	2.021.981,35	2.813.170,36
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	585.670,89	1.094.347,86	546.634,73	1.003.498,15
Dispensa	508.052,63	969.890,97	481.910,16	894.225,48
Inexigibilidade	77.618,26	124.456,89	64.724,57	109.272,67
Regime de Execução Especial	18.218,68	3.237,51	14.415,05	3.237,51
Suprimento de Fundos	18.218,68	3.237,51	14.415,05	3.237,51
Pagamento de Pessoal	887.340,68	588.885,39	887.340,68	588.885,39
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	887.340,68	588.885,39	887.340,68	588.885,39
Outros (Não aplicável)	889.651,27	953.740,87	860.743,71	820.247,36

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XVII – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	28.482,05	42.176,56	28.482,05	42.176,56	0,00	0,00	28.482,05	42.176,56
319008 - Outros benefícios assistenciais	28.482,05	42.176,56	28.482,05	42.176,56	0,00	0,00	28.482,05	42.176,56
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo								
3 - Outras Despesas Correntes	4.077.288,11	5.653.768,07	3.641.762,94	4.618.980,87	292.157,80	87.841,36	3.554.615,86	4.618.980,87
339039 - Outros serviços de terceiros-Pessoa Jurídica	1.154.785,79	1.977.100,50	1.022.280,90	1.508.938,57	152.999,29	2.147,28	995.816,69	1.508.938,57
339030 - Material de consumo	926.039,05	1.405.534,36	749.533,47	870.324,44	70.587,95	15.701,58	735.752,23	870.324,44
339037 – Locação de Mão de Obra	741.661,11	980.258,03	669.114,77	962.113,67	41.958,06	69.992,50	669.114,77	962.113,67
Demais elementos do grupo	1.254.802,16	1.290.875,18	1.200.833,80	1.277.604,19	26.612,50	0,00	1.153.932,17	1.277.604,19

Fonte: SIAFI

Quadro XVIII – Evolução de Gastos Gerais Valores em R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	ANO		
	2009	2010	2011
1. PASSAGENS	190.408,72	174.535,22	144.390,30
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE VIAGENS	841.868,26	886.206,71	588.885,39
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.156.328,82	1.683.929,49	2.502.719,87
3.1. Publicidade	22.500,00	11.317,12	49.719,52
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	561.729,26	463.377,28	714.819,36
3.3. Tecnologia da Informação	382.842,83	408.712,88	596.703,82
3.4. Outras Terceirizações	189.256,73	800.522,21	1.141.477,17
4. CARTÃO CORPORATIVO	6.934,72	18.218,68	3.237,51
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	2.195.540,52	2.762.890,10	3.239.233,07

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XIX – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos	1.229.821,76	617.785,80	514.930,85	21.172,51	1.715,05	346.185,00	74.349,20	21.172,51
449052 - Equipamentos e material permanente	1.229.821,76	617.785,80	514.930,85	21.172,51	1.715,05	346.185,00	74.349,20	21.172,51
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras								

6 - Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI

2.4.3.– Indicadores Institucionais de Desempenho

2.4.3.1. Programa 0663

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ.

2.4.3.2. Programa 1386

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização do Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ.

2.4.3.3. Programa 0750

Não há indicador.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não ocorreu no exercício.

4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro XX – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011

2010	87.147,08	0,00	87.147,08	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	3.409,58	0,00	0,00	3.409,58
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.150.416,08	0,00	442.047,05	434.026,36
2009	0,00	0,00	14915,51	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações:				

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças

4.2. Análise Crítica

Os restos a pagar processados de 2008 que foram inscritos são pagamentos onde não houve possibilidade de conclusão dentro do mesmo exercício e, no exercício seguinte, não se conseguiu efetuar o cancelamento dos mesmos no SIAFI, mesmo após ter-se entrado em contato com a Setorial Contábil do Ministério da Justiça para resolver.

Os restos a pagar de 2010 devem-se às aquisições empenhadas nos últimos dias do ano cujas entregas ficaram programadas para o exercício seguinte.

5. Recursos Humanos da Unidade

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro XXI – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	265	258	1	7
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	265	265		
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	264	264		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	1	1		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
2 Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)	265	265		

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro XXII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1. De ofício, no interesse da Administração	2
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0

3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	3

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro XXIII – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	1	1		
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	1	1		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	1		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	24	24		
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	24	24		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	25	25		

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro XXIV – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	13	95	111	41	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	13	95	111	41	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provedimento de cargo em comissão		9	13	3	
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1			
2.3. Funções gratificadas		8	13	3	
3. Totais (1+2)	13	104	124	44	5

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro XXV – Composição do Quadro de Recursos Humanos por escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo				3	98	164			
1.1. Membros de poder e agentes políticos									

1.2. Servidores de Carreira				3	98	164			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão					3	22			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1			
2.3. Funções gratificadas					3	21			
3. Totais (1+2)				3	101	186			

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau, ensino médio ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Seção de Recursos Humanos

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro XXVI – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Servidores Aposentados até 31/12	Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	151	1
1.1 Voluntária	144	1
1.2 Compulsória	3	
1.3 Invalidez Permanente	4	
1.4 Outras		
2. Proporcional	4	
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	4	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	155	1

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro XXVII – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2011
1. Aposentado	88	3
1.1. Integral	35	
1.2. Proporcional	54	3
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	88	3

Fonte: Seção de Recursos Humanos

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XXVIII – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim					
Área Meio					
Nível Médio					
Área Fim					
Área Meio	13	15	17	17	R\$ 84.076,44

Fonte: Seção de Recursos Humanos

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro XXIX – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores. (Valores em R\$ 1,00)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2009								
2010								
2011								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2009	29.495.460,99	111.362,54	2.156.330,79	845.048,62		136.063,04	19.263,32	29.514.724,31
2010	32.083.969,69	111.207,70	2.362.144,89	896.236,09		167.656,31	7.722,36	32.091.692,05
2011	32.940.980,49	111.511,42	2.771.356,79	835.301,34		67.254,00	11.026,36	32.952.007,05
Servidores com Contratos Temporários								
2009								
2010								
2011								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2009								
2010	66.199,59		8.330,71	2.776,90				77.307,20
2011	172.526,75		22.494,61	4.004,45		1.416,77		200.442,58
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2009								
2010								
2011								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2009								
2010								
2011								
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2009								
2010								
2011								

Fonte: SIAPE

(*) O total refere-se ao somatório de vantagens e vencimentos fixos com demais despesas variáveis.

5.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Não aplicável à unidade.

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Não aplicável à unidade.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro XXX – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PB													
UG/Gestão: 200122/00001							CNPJ: 00.394.494/0117-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	001/2009	10.339.944/0001-41	10/02/09	10/02/10	21	21	0	0	0	0	P
2010	V	O	009/2010	02.322.136/0001-43	01/10/11	01/10/11	0	0	19	19	0	0	A

Observação:
O Contrato Administrativo nº 007/2006 foi rescindido unilateralmente pela Administração, após reiterado descumprimento de cláusulas contratuais por parte da Contratada.
O Contrato Administrativo nº 009/2010, de prestação de serviço de Vigilância, previu um aumento no quantitativo de pessoal em relação ao contrato anterior, ou seja, o de nº 007/2006, em virtude da necessidade de emprego de dois postos na Sede da Delegacia 14/3 – Patos/PB.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro XXXI – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PB													
UG/Gestão: 200122/00001							CNPJ: 00.394.494/0117-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	6/11/14	O	010/2009	04.427.309/0001-13	21/10/10	21/10/11	2	2	12	12	0	0	P
2009	1	O	011/2009	07.597.878/0001-03	22/10/10	22/10/11	0	0	2	2	0	0	E
2010	4	O	017/2010	10.339.944/0001-41	23/12/10	23/12/11	0	0	1	1	0	0	P
2011	5	O	010/2011	10.339.944/0001-41	29/11/11	28/11/12	0	0	2	2	0	0	A

Observação:

LEGENDA
Área:
1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis

11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 14. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

Quadro XXXII – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
001/2009	7	21	14ª SRPRF/PB
010/2009	1	12	14ª SRPRF/PB
010/2009	2	1	14ª SRPRF/PB
010/2009	3	1	14ª SRPRF/PB
010/2011	1	2	14ª SRPRF/PB
009/2010	8	19	14ª SRPRF/PB
017/2010	1	1	14ª SRPRF/PB

LEGENDA

Área:

- | | |
|------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Algumas informações relativas a indicadores gerenciais sobre recursos humanos são alimentadas pela Unidade Jurisdicionada. Os objetivos e metas fixados e as conclusões quantitativas e qualitativas deles decorrentes sobre a gestão de recursos humanos ficam a cargo da Coordenação Geral de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Esta Unidade dispõe das seguintes informações:

Quadro XXXIII – Absenteísmo

Quantidade de servidores com afastamentos	124
Quantidade em dias de afastamentos	4311
Média dias/servidor afastado	34,77
Índice anual geral de absenteísmo	9,52%

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro XXXIV – Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Quantidade de servidores acidentados	1
Efetivo médio em 2011	262
Percentual de servidores acidentados	0,38%
Total de dias de afastamento de acidentados em 2011	8

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro XXXV – Rotatividade (*turnover*) - 2011

Servidores admitidos	0
Servidores exonerados	0
Servidores demitidos	1
Servidores aposentados	3
Servidores falecidos	0

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro XXXVI – Disciplina (ocorrências em 2011)

Quantidade de servidores com faltas não justificadas	2
Quantidade de servidores com suspensão disciplinar	2

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Quadro XXXVII – Desempenho funcional

Servidores Avaliados	Progressão automática (Exercício de Função ou progressão vertical)	Progressão (Conceito 1) – interstício 01 ano	Progressão (Conceito 2) – interstício 01 e 6 meses	Sem progressão em virtude de suspensão disciplinar
140	45	80	15	2

Fonte: Seção de Recursos Humanos

NÍVEIS SALARIAIS

Quadro XXXVIII – Cargo Policial Rodoviário Federal – Nível Intermediário

CLASSE	PADRÃO	ATIVO SUBSÍDIO (em R\$)	APOSENTADO SUBSÍDIO (em R\$)
INSPETOR	III	10.544,14	10.544,14
	II	10.237,03	10.237,03
	I	9.938,87	9.938,87
AGENTE ESPECIAL	VI	9.376,29	9.376,29
	V	9.103,19	9.103,19
	IV	8.838,05	8.838,05
	III	8.580,63	8.580,63
	II	8.330,71	8.330,71
	I	8.088,07	8.088,07
AGENTE OPERACIONAL	VI	7.443,29	7.443,29
	V	7.369,60	7.369,60
	IV	7.296,63	7.296,63
	III	7.224,39	7.224,39
	II	7.152,86	7.152,86
	I	7.082,04	7.082,04
AGENTE	I	5.804,95	5.804,95

Fonte: SRH/MPOG

Quadro XXXIX – Cargos Nível Superior

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATPRF		ATIVO TOTAL (em R\$)		GDATPRF	APOSENTADO TOTAL (em R\$)
			80 pts.	100 pts.	80 pts.	100 pts.		
		A	B	C	D=A+B	E=A+C	F	G=A+F
ESPECIAL	III	3.230,70	2.267,44	2.834,30	5.498,14	6.065,00	1.417,15	4.647,85
	II	3.167,35	2.267,44	2.765,00	5.379,35	5.932,35	1.382,50	4.549,85
	I	3.105,25	2.158,40	2.698,00	5.263,65	5.803,25	1.349,00	4.454,25
C	VI	3.014,81	2.085,60	2.607,00	5.100,41	5.621,81	1.303,50	4.318,31
	V	2.955,70	2.034,40	2.543,00	4.990,10	5.498,70	1.271,50	4.227,20
	IV	2.897,75	1.984,80	2.481,00	4.882,55	5.378,75	1.240,50	4.138,25
	III	2.840,93	1.936,00	2.420,00	4.776,93	5.260,93	1.210,00	4.050,93
	II	2.785,23	1.888,80	2.361,00	4.674,03	5.146,23	1.180,50	3.965,73
	I	2.730,62	1.842,40	2.303,00	4.573,02	5.033,62	1.151,50	3.882,12
B	VI	2.651,09	1.780,00	2.225,00	4.431,09	4.876,09	1.112,50	3.763,59
	V	2.599,11	1.736,80	2.171,00	4.335,91	4.770,11	1.085,50	3.684,61
	IV	2.548,15	1.694,40	2.118,00	4.242,55	4.666,15	1.059,00	3.607,15
	III	2.498,19	1.652,80	2.066,00	4.150,99	4.564,19	1.033,00	3.531,19
	II	2.449,21	1.612,80	2.016,00	4.062,01	4.465,21	1.008,00	3.457,21
	I	2.401,19	1.573,60	1.967,00	3.974,79	4.368,19	983,50	3.384,69
A	V	2.331,25	1.520,00	1.900,00	3.851,25	4.231,25	950,00	3.281,25
	IV	2.285,54	1.483,20	1.854,00	3.768,74	4.139,54	927,00	3.212,54
	III	2.240,73	1.483,20	1.854,00	3.687,93	4.049,73	904,50	3.145,23
	II	2.196,79	1.412,00	1.765,00	3.608,79	3.961,79	882,50	3.079,29
	I	2.153,72	1.377,60	1.722,00	3.531,32	3.875,72	861,00	3.014,72

Fonte: SRH/MPOG

Quadro XL – Cargos Nível Intermediário

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATPRF		ATIVO TOTAL (em R\$)		GDATPRF	APOSENTADO TOTAL (em R\$)
			80 pts.	100 pts.	80 pts.	100 pts.		
		A	B	C	D=A+B	E=A+C	F	G=A+F
ESPECIAL	III	2.147,75	1.169,80	1.462,25	3.317,55	3.610,00	731,13	2.878,88
	II	2.143,46	1.152,80	1.441,00	3.296,26	3.584,46	720,50	2.863,96
	I	2.139,18	1.136,00	1.420,00	3.275,18	3.559,18	710,00	2.849,18
C	VI	2.126,42	1.108,00	1.385,00	3.234,42	3.511,42	692,50	2.818,92
	V	2.122,18	1.092,00	1.365,00	3.214,18	3.487,18	682,50	2.804,68
	IV	2.117,94	1.076,00	1.345,00	3.193,94	3.462,94	672,50	2.790,44
	III	2.113,71	1.060,00	1.325,00	3.173,71	3.438,71	662,50	2.776,21
	II	2.109,49	1.044,00	1.305,00	3.153,49	3.414,49	652,50	2.761,99
	I	2.105,28	1.028,80	1.286,00	3.134,08	3.391,28	643,00	2.748,28
B	VI	2.092,72	1.004,00	1.255,00	3.096,72	3.347,72	627,50	2.720,22
	V	2.088,54	988,80	1.236,00	3.077,34	3.324,54	618,00	2.706,54
	IV	2.084,37	974,40	1.218,00	3.058,77	3.302,37	609,00	2.693,37
	III	2.080,21	960,00	1.200,00	3.040,21	3.280,21	600,00	2.680,21

	II	2.076,06	945,60	1.182,00	3.021,66	3.258,06	591,00	2.667,06
	I	2.071,92	932,00	1.165,00	3.003,92	3.236,92	582,50	2.654,42
A	V	2.059,56	909,60	1.137,00	2.969,16	3.196,56	568,50	2.628,06
	IV	2.055,45	896,00	1.120,00	2.951,45	3.175,45	560,00	2.615,45
	III	2.051,35	882,40	1.103,00	2.933,75	3.154,35	551,50	2.602,85
	II	2.047,26	869,60	1.087,00	2.916,86	3.134,26	543,50	2.590,76
	I	2.043,17	856,80	1.071,00	2.899,97	3.114,17	535,50	2.578,67

Fonte: SRH/MPOG

Quadro XLI – Cargos Nível Auxiliar

CLASSE	PADRÃO	VB	GEAAPRF	GDATPRF		ATIVO TOTAL (em R\$)		GDATPRF	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	80 pts.	100 pts.		50 pts.
				A	B	C	D	E=A+B+C	F=A+B+C+D
ESPECIAL	III	1.660,84	150,00	318,40	398,00	2.129,24	2.208,84	199,00	2.009,84
	II	1.657,64	149,00	315,56	394,45	2.122,20	2.201,09	197,23	2.003,87
	I	1.654,45	148,00	312,74	390,93	2.115,19	2.193,38	195,47	1.997,92

Fonte: SRH/MPOG

Quadro XLII – Demandas trabalhistas

Demandas trabalhistas da UJ em 2011	20
-------------------------------------	----

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Análise crítica: Como as atividades da área fim são prioritárias na Unidade Jurisdicionada, e ainda assim, não se tem um quadro efetivo suficiente, as atividades da área meio ficam comprometidas pela insuficiência de pessoal, não apenas numericamente, mas também com a devida capacitação para execução e desempenho dos trabalhos, o que compromete a gestão no âmbito administrativo, orçamentário e financeiro.

6. Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Não ocorreu no exercício.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Eu, JOSÉ GOMES DA SILVA JÚNIOR, CPF nº 691.952.424-49, Chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças, exercido na 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

JOSÉ GOMES DA SILVA JÚNIOR
Chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças

8. Cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Declaro, para os devidos fins, que, no âmbito da Unidade Jurisdicionada, há o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA FILHO
Chefe da Seção de Recursos Humanos

8.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro XLIII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0		
	Entregaram a DBR	0		
	Não cumpriram a obrigação	0		
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0		
	Entregaram a DBR	0		
	Não cumpriram a obrigação	0		
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	25		
	Entregaram a DBR	25		
	Não cumpriram a obrigação	0		

Fonte: Seção de Recursos Humanos

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

9.1. Estrutura de controles internos da UJ

Quadro XLIV – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Considerações gerais: Essa UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada. Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada. Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem se empenhado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado</p>					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
<p>no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>	

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XLV – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Em licitação para aquisição de estações de trabalho, monitores de LCD e notebooks, foram exigidos como condições de aceitação e, inclusive, de desempate, os critérios definidos pelo Decreto nº 7.174, de 12 de Maio de 2010. 					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? A Administração não somente no último ano, mais ao longo dos anos tem primado pela utilização de lâmpadas econômicas. Como estas foram destinadas apenas a reposição, pois não houve criação de novos ambientes para se iluminar, não há como afirmar se houve ou não economia, ou mesmo mensurar o impacto de sua utilização 			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? RESP.: PAPEL A4 RECICLADO					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? RESP.: SIM				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? A preferência tem sido manifestada nas especificações dos materiais, constantes nos editais. Ainda assim, mesmo para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento, a Administração leva em consideração se tal preferência não causará impactos futuros, com é o caso de utilização de toners para impressoras recarregadas, que num momento posterior acaba por causar danos aos equipamentos.				X	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais: Embora a Unidade siga as recomendações da Consultoria Jurídica da União na Paraíba de inclusão em seus editais, quando couber, de critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas, no exercício de 2011, realizou apenas uma licitação (reparos na Delegacia 14/2 – Campina Grande/PB) em que foi necessária tal exigência.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

11. Gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro XLVI – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE
------------------------	--------------------------------------

		DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PARAÍBA	13	13
	Bayeux	1	1
	Alhandra	1	1
	Mamanguape	1	1
	Sobrado	1	1
	Campina Grande	3	3
	Queimadas	1	1
	Esperança	1	1
	Patos	1	1
	São Mamede	1	1
	Pombal	1	1
	Cajazeiras	1	1
Total		13	13

Fonte: SPIUNet

Quadro XLVII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PARAÍBA	1	1
	João Pessoa	1	1
Total		1	1

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

Quadro XLVIII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200122	1937 00010.500-9	4	4	20.139,02	01/12/00	20.139,02		
200122	1975 00284.500-2	21	4	47.477,00	01/12/00	47.477,00		
200122	1981 00046.500-2	21	4	47.477,61	06/12/00	47.477,61		
200122	1981 00047.500-8	21	4	47.477,61	29/11/00	47.477,61		
200122	1981 00050.500-4	13	3	192.691,59	17/08/04	192.691,59		
200122	2079 00043.500-2	21	4	47.477,00	06/12/00	47.477,00		
200122	2117 00012.500-0	13	3	69.037,38	27/09/04	69.037,38		
200122	2125 00013.500-6	21	4	58.081,26	01/12/00	58.081,26	4769,99	
200122	2131 00004.500-1	21	3	47.477,00	01/12/00	47.477,00		
200122	2143 00007.500-1	11	4	40.028,00	01/12/00	40.028,00		

200122	2151 00004.500-6	21	4	47.477,61	06/12/00	47.477,61		
200122	2155 00005.500-4	21	5	47.477,61	06/12/00	47.477,61		
200122	2199 00004.500-0	21	4	40.028,00	01/12/00	40.028,00		
Total							4769,99	

Fonte: SPIUNET/SIAFI

Análise crítica:

Dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da Unidade Jurisdicionada, onze tratam-se de edificações antigas projetadas para uma realidade que não mais existe na Polícia Rodoviária Federal. Portanto, carecem de readequações de suas instalações, aí incluindo estrutura física, elétrica, hidráulica, lógica e acessibilidade.

A unidade pretende, em 2012, está em vias de contratar empresa especializada para realização de estudo, para, ao final, elaborar projetos básicos e executivos para ampliação e reforma ou, se for o caso, construção de novas unidades operacionais devidamente adequadas aos padrões estabelecidos pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Também pretende contratar serviços de manutenção predial para suas unidades.

12. Gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro XLIX – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	04 servidores efetivos e 02 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Não há desenvolvimento de soluções de TI no âmbito da UJ.				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				

Considerações Gerais: Não há no âmbito da UJ, Planejamento Institucional, Planejamento Estratégico para a área de TI, nem Desenvolvimento de soluções de TI, sendo que tais atividades são desempenhadas no âmbito da Unidade Central (DPRF), cabendo a esta UJ o fornecimento de informações relativas às condições atuais, que subsidiarão o Planejamento, bem como, atuar como agente executor das ações planejadas.

LEGENDA**Níveis de avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
 (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
 (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
 (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
 (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: Núcleo de Telemática

13. Utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

Quadro L – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

200122	14ª SRPRF/PB	Limite de Utilização da UG	Valor		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura	Total
João Fernandes de A. Neto	788.511.494-53	4.500,00	0,00	0,00	0,00
José Pereira Dantas	441.390.044-87	4.500,00	0,00	0,00	0,00
José Robson de S. Jorge	528.889.244-04	4.500,00	30,00	3.207,47	3.237,47
Heraldo Maciel dos Santos	977.736.464-49	4.500,00	0,00	0,00	0,00
Total utilizado pela UG			30,00	3.207,47	3.207,47

Fonte: SIAFI

13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

Quadro LI – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	1	30,00	12	3.207,47	3.237,47
2010	6	2.050,00	27	8.298,99	10.348,99
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Análise crítica:

As despesas com Cartão de Crédito Corporativo são realizadas conforme a necessidade e são de responsabilidade dos supridos. Os recursos necessários aos empenhos só foram disponibilizados nos últimos meses do exercício.

14. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Não ocorreu no exercício.

15. Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a unidade jurisdicionada ou as justificativas para o seu não cumprimento

Não ocorreu no exercício.

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento

Não ocorreu no exercício.

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

Não ocorreu no exercício.

B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**1. Declaração do contador responsável**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
14ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/PB		200122	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução e Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; e</p> <p>b) Convênios a liberar expirados.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios: A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n°	DF 9.261/O-7